



EDITAL LICITATÓRIO
CARTA CONVITE Nº. 039/2011.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, através do seu Departamento de Compras e Licitações, pela presente, convida Vossa Senhoria a participar da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE, DO TIPO MENOR PREÇO sob o Nº. 022/2011**, em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo Envelope nº. 01 contendo a Habilitação e nº. 02 contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

DATA DE ABERTURA: 14/12/2011.

HORÁRIO: 14:00 HORAS.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, sito na Av. Borges de Medeiros, 456, neste Município.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal da Saúde.

DESTINO: Locação de imóvel tipo pavilhão fechado para depósito de pneus inservíveis.

CONSTITUI ANEXO E PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL: Minuta de contrato

1 - OBJETO:

Consiste na locação de imóvel tipo pavilhão fechado para depósito de pneus inservíveis, em conformidade com o memorando nº. 549/2011, e pedido nº. 2011/3300 oriundos da Secretaria Municipal da Saúde. O imóvel deverá ter as seguintes características:

- a) Imóvel tipo pavilhão fechado;
- b) Metragem mínima de 100m²;
- c) Com fácil acesso para caminhão;
- d) Estar situado a uma distância máxima de 5Km da Sede da Vigilância em Saúde (Cel. Victor Villa Verde, 76/2007).

Observação: Nas propostas deverão estar inclusos os valores de taxas e impostos (IPTU).



2- CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar desta licitação, Empresas ou Pessoas Físicas, cadastradas ou não, interessadas, escolhidas e convidadas, que se enquadrem no ramo de atividade pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam todas as exigências constantes neste edital.

3 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

3.1 – O PAGAMENTO será mensal em até 10 (dez) dias após o mês subsequente ao vencido, diante da emissão da nota fiscal por parte da CONTRATADA, que deverá ser emitida conforme comprovantes dos serviços realizados, bem como, deve constar discriminadamente o nº. da Carta Convite e o nº. do Empenho Prévio.

3.2- Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o CONTRATANTE pagará juros de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, calculado sobre o valor do pagamento vencido.

3.3- Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a CONTRATANTE, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

4 – DO CONTRATO:

4.1 - Para o objeto desta licitação, será firmado com a empresa vencedora, um contrato de locação pelo período de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato podendo ser prorrogado por iguais períodos.

4.2- A licitante vencedora ao ser convocada para a assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

4.3- O objeto desta licitação será fiscalizado pelo servidor Luiz Rogério Carvalho Gomes, onde serão considerados todos os requisitos pré-estabelecidos neste edital, bem como, a proposta apresentada pelo licitante vencedor. O arrendamento estará sujeito à rejeição, caso o material extraído não atenda as necessidades exigidas.

4.4- A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento, com base nos artigos 77 a 80 da Lei nº.8.666/93.

4.5- O valor contratado será reajustado, após 01(um) ano da vigência, pelo índice acumulado da variação do IGP-M/FGV.

5-RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

5.1- Entregar ao locatário o imóvel em estado de servir ao uso a que se destina;

5.2- Garantir durante o tempo de locação, o uso pacífico do imóvel arrendado;



- 5.3- Manter durante a locação a forma e destino do imóvel;
- 5.4- Responder pelos vícios ou defeitos anteriores a locação;
- 5.5- Fornecer recibo constando as importâncias pagas pelo LOCATÁRIO;
- 5.6- Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes;
- 5.7- O LOCADOR, deverá, obrigatoriamente, ter pleno conhecimento do objeto contratual a ser executado, e reconhecer ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual das obrigações assumidas;
- 5.8- Refazer quaisquer exigências executadas com defeitos, avarias ou em desobediência as exigências do edital licitatório;
- 5.9- Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6 - RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

- 6.1- Fiscalizar a execução e o perfeito cumprimento do objeto contratual.
- 6.2- Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste instrumento;
- 6.3- Fornecer dados e informações que o LOCADOR necessite para a execução do presente contrato;
- 6.4- Servir-se do imóvel para uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza e o fim a que se destina;
- 6.5- Restituir o imóvel, finda locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações e benfeitorias realizadas com autorização do LOCADOR;
- 6.6- Levar imediatamente ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba;
- 6.7- Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por si, ou por seus prepostos;
- 6.8- Não modificar a forma interna ou externa do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito do locador.

7 - DA HABILITAÇÃO

Os proponentes deverão apresentar para a fase de habilitação, em original ou por processo de cópia (xerox) devidamente autenticados em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade (sem ônus), os seguintes documentos:

7.1- QUANDO PESSOA FÍSICA:

- 7.1.1- Cópia da Cédula de Identidade(**RG**) devidamente autenticada;



7.1.2- - Cópia da Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) devidamente autenticado;

7.1.3- Comprovante de **regularidade com as obrigações eleitorais**;

7.1.4- **Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição** Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

7.1.5- **Comprovante de residência**;

7.1.6- Certidão Negativa, relativa à prova de regularidade junto ao **INSS**;

7.1.7- Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, conjunta com a Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União)**;

7.1.8- **Certidão Negativa de Débitos Municipais**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

7.1.9- **Prova de regularidade no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)**;

7.1.10- **Certidão Negativa atualizada do imóvel**, emitida pelo Registro de Imóveis;

7.2- QUANDO PESSOA JURÍDICA:

7.2.1- Prova de inscrição no Cadastro Nacional Pessoas Jurídicas (**CNPJ/MF**), instituído pela Instrução Normativa nº. 054 de 22 de junho de 1998;

7.2.2- **Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social, e, a última alteração** (se houver) da empresa, em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, possuindo objeto contratual compatível com o ora licitado;

7.2.3- **Certidão Negativa atualizada do imóvel**, emitida pelo Registro de Imóveis;

7.2.4- Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (**INSS**);

7.2.5- Certidão de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, expedido pela Caixa Econômica Federal (**FGTS**);

7.2.6- Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, conjunta com a Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União)**;

7.2.7- Prova de regularidade com a **FAZENDA ESTADUAL**;

7.2.8- Prova de regularidade com a **FAZENDA MUNICIPAL**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

7.2.9- **Declaração de atendimento à norma do inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição** Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

7.2.10- **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da



pessoa física, em prazo **não superior a 60(trinta) dias** da data designada para a apresentação do documento.

7.3- O representante da empresa proponente, deverá para poder assinar, intervir, desistir de prazos e, ou recorrer em nome da empresa, possuir documento credenciando-o para a licitação, com firma reconhecida, exceto se o mesmo for sócio da empresa, caso em que bastará documento de identificação.

7.4- Os documentos supra citados deverão estar em plena validade, e quando não tiverem sua validade expressa, deverão ser emitidos no máximo, com 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para abertura das propostas.

7.5- Se a empresa proponente, necessitar de autenticações por servidor da Prefeitura, deverá encaminhar-se ao Departamento de Compras e Licitações, em horário normal de expediente, até 01 (uma) horas, que anteceder a da abertura da Licitação, ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

7.6- A documentação acima exigida poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 32 da Lei 8.666/93, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Santo Antônio da Patrulha – CRC – com validade plena, sendo necessária a apresentação em anexo a este, de possíveis documentos vencidos.

7.7- A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens "8.1, 8.2 e 8.3", deste edital, DEVERÁ apresentar no envelope nº.01/habilitação, DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ou, ainda, no caso de cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07).

7.7.1- O documento solicitado no item 7.7 deverá ser referente ao último Balanço Patrimonial registrado.

7.7.2 – A empresa que deixar de apresentar a comprovação exigida no item 7.7 receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua OMISSÃO, como renúncia a qualquer privilégio.

08- DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS:

8.1 - Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá **apresentar toda a documentação** exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a **Lei Complementar Nº. 123/2006**.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 44, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções



previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nas penalidades do item 12 deste edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.2 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

a) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.3 - Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

b) Não ocorrendo à contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do Art. 44, da LC 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

e) O disposto no Art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9 - DA PROPOSTA

9.1 – FORMA DE ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS – ENVELOPE Nº. 02:

9.1.1 - Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com todas as condições pré-estabelecidas neste edital.

9.1.2 - As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.

9.1.3 - **CONSIGNAR O PREÇO MENSAL, devendo os unitários e totais, serem expressos em algarismos; e a soma do TOTAL GERAL DA PROPOSTA (CONSIDERANDO 12 MESES), em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.**

9.1.4 - **As propostas consignadas vincularão o proponente no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da abertura do certame.**



9.1.5- Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior a 750,00 mensais incluindo os valores de taxas e impostos (IPTU).

9.1.6 - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexeqüíveis.

9.1.6.1- Havendo dúvida sobre a exeqüibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão Prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o licitante comprove a viabilidade de seus preços.

10- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

10.1 - O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do PREÇO COTADO MENSAL, classificando-se em primeiro lugar a proposta formulada de acordo com as especificações descritas neste instrumento e que consignar o menor preço. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme artigo 45, parágrafo 2º da lei 8.666/93.

10.2- Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

10.3- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

10.4 - Os documentos para a fase de HABILITAÇÃO, bem como, as PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser apresentadas em envelopes distintos, contendo a seguinte indicação na parte externa (exemplo):

ENVELOPE 01

HABILITAÇÃO

NOME DA EMPRESA/FONE

CARTA CONVITE Nº 039/2010

ENVELOPE 02

PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA EMPRESA/FONE

CARTA CONVITE Nº 039/2010

11 - DOS RECURSOS

11.1 Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

11.2 Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como recurso Administrativo, serão aceitos por via "fax ou e-mail", somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da comissão Permanente de licitações.

11.3 Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceito sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/03).

12 – DAS PENALIDADES

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades.



12.1 - Multa de 0,5% (meio por cento) do valor residual do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05(cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

12.2- Multa de 8 % (oito por cento) do valor residual do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano.

12.3- Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

12.4- A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constitui também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

12.5- A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12.6- Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

12.7- Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou da inadimplência contratual: declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 02 (dois) anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato.

12.8- Da aplicação das penas definidas nos itens 12.1, 12.2, 12.3, 12.4, e 12.7, da cláusula sétima, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.9- A defesa prévia ou pedido de reconsideração relativa às penalidades dispostas será ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal que decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias.

13 - RESCISÃO

A rescisão das obrigações decorrentes do presente Pregão, se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.

14- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 07- SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01- FMS – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

SUB-FUNÇÃO: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

PROGRAMA: 0121 – Gestão da Vigilância em Saúde

PROJETO: 2097– Manutenção do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde - TFVS



DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA (356)
RUBRICA: 33903910000000 – LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

R\$6.600,00 previsão orçamentária pra o exercício de 2012.

15- DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

15.2- As empresas proponentes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste Ato Convocatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das Propostas de Preços, que contiverem preços excessivos, e/ou manifestamente inexeqüíveis, serão declaradas INABILITADAS e ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

15.3 –**Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: www.diariomunicipal.com.br/famurs.**

15.4 - O horário de abertura da licitação, será seguido pela Comissão de Licitações, através do horário de Brasília, ou seja, não será admitida a participação de retardatários.

15.5 - Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência **e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”**, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem em tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

15.6- Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

15.7- Constitui anexo e faz parte integrante do presente edital a minuta de contrato.

16 - QUAISQUER INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES RELATIVAS A ESTA LICITAÇÃO, SOMENTE SERÃO PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DESTA PREFEITURA, EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE, DAS 12:30 às 18:30 horas, OU PELOS TELEFONES (51) 3662.4000 RAMAL 216 OU 3662 1269.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 05 de dezembro de 2011.

MANOEL LUIZ DAS NEVES ADAM
Secretária Municipal da Administração

CONTRATO DE ARRENDAMENTO N.º _____/2011.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. DAIÇON MACIEL DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o n.º 105.119.620/53, portador da C.I n.º 6015457127, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso, n.º 083, neste Município, neste ato denominado **LOCADOR** e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, por seu representante legal, **Sr. _____**, brasileiro, _____, residente e domiciliado na Rua _____, n.º _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, inscrito no CPF/MF sob o n.º _____ e portador da C.I. n.º _____, neste ato denominada de **LOCATÁRIO**, em conformidade com o que dispõe o processo licitatório na Modalidade de **CARTA CONVITE N.º 039/2011**, a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – Do Objeto: Constitui objeto deste contrato a **ALUGUEL DE UM PAVILHÃO**, com metragem mínima de 100m² a uma distância máxima de 5 km da sede da VISA (Cel Victor Villa Verde, 76/2007), conforme solicitação da Secretaria Municipal da Saúde através do memorando n.º 549/2011, anexo ao processo.

Obs do Objeto: A locação do imóvel servirá para atender a necessidade dos serviços da VISA, disponibilizando local adequado para instalação do **ECOPONTO**, onde será feito o recolhimento de pneus descartados no Município e posterior remessa para indústrias do ramo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Vigência: O presente contrato vigorará pelo período de 12(doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogados a critério do **LOCADOR**.

CLAUSULA TERCEIRA – Do pagamento e forma de pagamento: Importa o valor contratual em R\$ _____ (_____).

3.1) O pagamento será efetuado **MENSALMENTE**, devendo a Nota Fiscal ser emitida no último dia útil do mês e o pagamento efetuado em até o 10 (décimo) dia, do mês subsequente.

3.2) Para quitação de cada parcela, a **LOCATÁRIA** deverá apresentar os respectivos documentos de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, com a descrição dos serviços prestados e referência expressa, na Nota Fiscal, à **CARTA CONVITE N.º 039/2011** e ao número da Nota de Empenho Prévio emitido pela **LOCADORA**.

3.3) O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

3.4) Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

3.5) O valor contratual será reajustado após 01 (um) ano da vigência, pelo índice acumulado da variação do IGP-M/FGV

A CONTRATANTE não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

CLÁUSULA QUARTA - Da Fiscalização: A Fiscalização do presente contrato será realizada pelo Servidor Municipal **Sr LUIZ ROGÉRIO CARVALHO GOMES**, indicado pela Secretaria Municipal da Saúde.

CLÁUSULA QUINTA – Da Dotação: As despesas decorrentes do presente contrato serão efetuadas por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 – FMS – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

FUNÇÃO: 10 – SAÚDE

SUB-FUNÇÃO: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

PROGRAMA: 0121 – Gestão da Vigilância em Saúde

PROJETO: 2097 - Manutenção do Teto Financeiro de Vigilância em Saúde

DESPESA: 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERV. TERC. – PESSOA JURIDICA (356)

RUBRICA: 33903910000000 – LOCAÇÃO DE IMÓVEIS

CLÁUSULA SEXTA – Das Responsabilidades do LOCADOR:

6.1) Fiscalizar o presente contrato, o que será feito pelo servidor designado pela Secretaria Municipal da Saúde **Sr LUIZ ROGÉRIO CARVALHO GOMES**

6.2) Servir-se do bem para uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza e o fim a que se destina.

6.3) A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual;

6.4) Fiscalizar se a **LOCATÁRIA** está cumprindo com os encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos com seus empregados, o que se dará através de servidor designado pelo Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – É de responsabilidade da LOCATÁRIA:

7.1) Verificar se o imóvel locado se encontra em estado de servir ao uso a que se destina.

7.2) Garantir durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado.

7.3) Responder por todos os vícios ou defeitos do imóvel locado;

7.4) Realizar a imediata reparação dos danos verificados, provocados por si, ou por seus prepostos.

7.5) Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do **LOCADOR**.

7.6) Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste contrato.

7.7) Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

7.8) Manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA – Das penalidades:

Pelo inadimplemento das obrigações, a **LOCATÁRIA**, conforme as infrações estarão sujeita as seguintes penalidades:

Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual.

Multa de 8 % (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada, antes de paga a multa.

CLÁUSULA NONA – Em caso de atraso no pagamento, o **LOCATÁRIO** pagará juros de 0,5%(meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – Da inexecução do LOCATÁRIO: A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **LOCADOR** avisará a **LOCATÁRIA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Aplica-se ao presente contrato a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As parte contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha para dirimir dúvidas e apreciar eventuais controvérsias decorrentes deste Contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04(quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antonio da Patrulha, _____ de _____ de 2011.

DAIÇON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal
LOCADOR

(empresa)
LOCATÁRIA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Responsável pela fiscalização:

LUIZ ROGÉRIO CARVALHO GOMES
CPF: